SÈRGIO DA SILVA PINTO
BOLSEIRO DO INSTITUTO DE ALTA CULTURA

O PROBLEMA DE S. PEDRO MÁRTIR 1.º BISPO DE BRAGA

EDIÇAO DA DELEGAÇAO BRACARENSE DA SOCIEDADE
HISTÓRICA DA INDEPENDÊNCIA DE PORTUGAL
BRAGA, 1959

O PROBLEMA DE S. PEDRO MÁRTIR

1.º BISPO DE BRAGA

DO AUTOR:

Individualidade Antropogeográfica de Portugal — Coimbra, *Biblos* 1938
Filósofos de Braga — Braga, 1942.
A Naturalidade de Francisco Sanches — Análise Crítica de um Novo Documento — *Minia*, Fasc. 2.°, 1945.
A Naturalidade de Francisco Sanches — Livraria Cruz, Braga, 1946.
O Primeiro Tratado de Aliança Anglo-português Tratado de Tagilde de 10 de Julho de 1372 — Edições *Bracara Augusta*, Braga 1948.,
O Bispo de Braga Balcónio e a Primeira Conversão dos Suevos — Edições *Bracara Augusta*, Braga, 1949.
Alfredo Pimenta — Estudo Crítico da Sua Vida e da Sua Obra — Braga, 1950 (Prefácio a *Guerra Junqueiro*, de Alfredo Pimenta, Braga, 1950).
A Igreja de Braga no Reino dos Suevos — Tese apresentada no Congresso Internacional do XIV Centenário da Chegada de S. Martinho de Dume à Península, Braga, 1950.
Braga et Francisco Sanches — Toulouse, 1951.
Francisco Sanches, Estudante em Braga — *Revista Filosófica* n.° 3, Coimbra, 1951.
Um Problema Nacional e político: A Unidade de Portugal e as Relações entre a Metrópole e o Ultramar — Tese apresentada ao III Congresso da União Nacional Braga 1951.
Francisco Sanches Português — Comunicação apresentada em 11 de Novembro de 1951 na Sessão de encerramento do Congresso do IV Centenário de Francisco Sanches — Edições *Bracara Augusta*, 1952
Francisco Sanches — Vida e Obra — Edições *Bracara Augusta*, Braga 1952
Tratado de Tagilde de 10 de Julho de 1952 — Subsídio para a História das Relações Jurídico-Políticas Anglo-Portuguesas, *Scientia Ivridica*, Braga. 1952.
No Aniversário fúnebre do Dr. Manuel Monteiro — Discurso Braga, 1953.
Guimarães Berço da Aliança — Guimarães, *Gil Vicente e Revista de Guimarães*, 1953
Requiário de Braga — Edições *Bracara Augusta*, Braga, 1954.
Em Louvor da Galiza — Edições *Quatro Ventos*, Braga, 1955
Vasco Domingues — O primeiro negociador da Aliança anglo-portuguesa — *Publicações da Associação Luso-Britânica do Minho*, Braga, 1956.
Braga e a Galiza — Edições *Bracara Augusta*, 1956.
A Necrópole de S. Vitor-Braga (Séc IX e X) — I — Estudo arquelógico — Edições *Bracara Augusta*, Braga. 1957.
O Carácter Complexo da Eleição de 1385. De Como D. João I não foi nas Cortes de Coimbra estritamente eleito *Studium Generale*, Porto, 1958
Individualismo e Colectivismo na Génese da Nacionalidade Portuguesa — Braga, *Bracara Augusta e Independência*, 1958.
Braga na História — Elementos para o seu Estudo — Ed. da *Câmara Municipal de Braga* 1959.
Resenha histórica de Braga medieval — Ed. do *Congresso Histórico de Portugal Medievo*, Braga, 1959.

SÉRGIO DA SILVA PINTO
BOLSEIRO DO INSTITUTO DE ALTA CULTURA

O PROBLEMA DE S. PEDRO MÁRTIR
1.° BISPO DE BRAGA

EDIÇÃO DA DELEGAÇÃO BRACARENSE DA SOCIEDADE HISTÓRICA DA INDEPENDÊNCIA DE PORTUGAL
BRAGA, 1959

DA TRADIÇAO SANTIAGUESA
AOS BONS AMIGOS E DEFENSORES ILUSTRES

Cónego Arlindo Ribeiro da Cunha
D.r Fermin Bouza-Brey
Dr. Francisco José Veloso
Cónego J. Guerra Campos
José Constantino Ribeiro Coelho
Dr. José Filgueira Valverde
Dr. Jesus Ferro Couselo
Dr. Manuel Chamoso Lamas
Dr. Ramon Otero Pedrayo
D. Salustiano Portela Pazos

D.

I

A IGREJA DE BRAGA NOS SECS. II-III

A EVANGELIZAÇÃO DO OCIDENTE IBÉRICO

A história romana da Igreja de Braga é para nós quase uma ignorância. Sem documentos, sem fontes não há evidentemente história, saber histórico.

Mas a ignorância não é absoluta. Para conhecermos algo dos inícios de Braga cristã temos elementos positivos da história eclesiástica da Península, veneráveis pela alta antiguidade os quais ,como se verá, englobam, por certo, a Cristandade bracarense; e há ainda o contributo da história universal da Igreja, com o seu quadro de instituições e de factos aplicável a qualquer comunidade particular criada naqueles tempos primevos.

Tais subsídios heurísticos permitem-nos um fugitivo olhar sobre a alvorada da nova religião na urbe principal da Galécia.

O fundamental em história eclesiástica séria é seguir o método da historiografia científica, sem preconceitos quer confissionais, quer racionalistas.

No que respeita às tradições tardias não deve tentar-nos a negativa absoluta, enquanto não houver razões contrárias apodíticas. A prudência inculca-nos considerar a legenda ao menos como hipótese, se ela é congruente com os factos averiguados e resiste à crítica.

Subscreveriamos, neste ponto, o parecer de D. ANTÓNIO FERREIRA GOMES: «...a legenda não deve legitimamente arrumar-se senão depois de se mostrar quando, como e porque nasceu. É nessa demonstração

quantas revelações úteis se podem fazer. Sem contar que uma verdadeira lenda apresenta por vezes mais conteúdo histórico, como poetização de factos... do que tantos documentos mortos e sepultados...» (Saudação, in **Lusitânia Sacra,** I, Lisboa, 1956, p. 16).

A literatura hispânica, da época romana, faz silêncio mortal sobre os começos do Cristianismo em **toda a Península.** O que se dá para a Igreja de Braga acontece para todas as igrejas que foram depois metrópoles eclesiásticas. Além de Braga — Mérida, Sevilha, Cartagena-Toledo, Tarragona.

Existem, porém, testemunhos extra-peninsulares, severos e positivos, inestimáveis pela ancianidade, a atestar a implantação e a evolução do Cristianismo, por terras das Hispanhas, nos primeiros séculos ou na idade apostólica. Testemunhos de factos institucionais e factos individuais que se referem, directa ou indirectamente, ao Ocidente peninsular, à área geográfica dominada por Braga. Constituem substractos de outros, posteriores, bem documentados, no que toca à Igreja de Braga.

Sem entrarmos no desenvolvimento de uma tese, digamos, esquemàticamente:

Por SANTO IRENEU (ano 180) conclui-se que, nos fins do séc. II, as Igrejas peninsulares eram já antigas e prestigiadas, tanto que o Bispo de Lião invocava contra os hereges a autoridade delas (**Ad. Haereses,** I, 10; MIGNE, P. G. 7,554).

Por TERTULIANO (ano 202) se sabe que a nova do Evangelho se estendera a todos os extemos da Hispânia (MIGNE, P. L. 2,550). Por consequência, núcleos cristãos existiriam também na Galécia, extremo noroeste da Península, cortado pelas importantes vias romanas de Braga e Astorga.

Braga, sede de convento jurídico, cidade que AUSÓNIO apelidava de poderosa e rica, certamente não ficaria estranha aos alvores do Cristianismo.

A probabilidade enunciada—a de Braga haver sido um dos centros iniciais do Catolicismo na Peninsula — converte-se em certeza, certeza moral, ao verificar-se, segundo uma epístola famosa de S. CIPRIANO (Epístola 67) que, em meados do séc. III, durante a perseguição de Décio, existia já a Igreja de Astorga, então da província da Galécia e urbe menos notável do que Braga, cujas primeiras relações conhecidas com esta aparecem no plano de mitra-sufragânea (séc. V-VI).

A carta de S. CIPRIANO, sem embargo de não aludir a Braga- cidade ou Braga-Igreja local, pois se refere, directamente, aos bispos apóstatas de Leão-Astorga e Mérida, é, sem dúvida, um dos primeiros monumentos autênticos e concretos da história eclesiástica da capital galaica. Fala abertamente da sua província, já em sentido eclesiástico; e certifica que, até longe da capital civil, floresciam numerosas Cristandades com seus bispos.

A dignidade de Primaz da província não andava ainda unida a nenhuma cidade determinada. Conferia-se ao bispo mais antigo na ordenação, como se vê do Concílio de Elvira, no ano 300. Mas não tardará que se vincule ao prelado da capital civil em todas as províncias da Hispânia, o que bem demonstra a alta reverência que já a este último era devida.

Pouco depois do Sínodo de Elvira, reunido na Bética, que interessou sobretudo as dioceses meridionais da Península (nem Braga, nem Tarragona lá estavam representadas) — Diocleciano publicou quatro editos sucessivos de perseguição aos Cristãos em todo o império. Advém a era dos mártires. Em Espanha a sanha contra os seguidores de Jesus será particularmente encarniçada. Perpetua-se a sua memória em primitivas notícias martirológicas. Entre os mártires assinalados conta-se S. Vítor de Braga, referido nas lições dos mais antigos monumentos litúrgicos bracarenses. É um dos mártires de cuja autenticidade, segundo o douto VILLADA, se não pode duvidar (**His. Ecles. de España,** I, p. 275). PIERRE DAVID pretendeu identificá-lo com S. Vítor martir militar de Cesarea (**Études Historiques,** 1947, p. 206), mas tal redução, salvo o respeito devido ao eminente medievalista,

não é evidente e está longe de ser segura. A legenda de S. Vítor bracarense, de grande ancianidade, em estilo sóbrio e sem pretensões, não se afastará, ao que devemos crer, da realidade histórica.

Os caminhos por onde chegaram os mais antigos evangelizadores à região de Braga — Apóstolos ou delegados apostólicos — não são difíceis de reconstituir. De certeza usaram as grandes vias romanas, já então existentes. Se viessem de Roma, onde Pedro instalara o quartel general da sua primazia, — quer atravessando os Pireneus, quer desembarcando em Tarragona — calcurriariam depois a via pública a partir desta cidade até à de Astorga e à de Braga.

Mas se os conduzissem naus da Fenícia e da Palestina, ao longo das costas do Egipto, Líbia e Mauritânia, entrariam por Cartagena, Almeria ou Cadiz e subiram depois pelos caminhos da Lusitânia até Braga, ou, então, dobrariam o Cabo de S. Vicente e, sulcando o Atlântico à vista do litoral, chegariam à Galécia por qualquer um dos seus portos.

Um documento do séc. VI, de pleno valor histórico — **a Divisio Theodomiri** ou **Parochiale Suevicum** — ao revelar a organização eclesiástica da Galécia, no tempo dos Suevos (os Sínodos, as Dioceses e as Paróquias), mostra que a Cristianização foi muito mais rápida e intensa em Braga, capital da província. Segundo a lúcida observação de JESUS FERRO COUSELO (in sua **Comunicação** ao Colóquio Suévico-Bisantino de 1957), deve concluir-se que «começou por ali (Braga) a pregação apostólica». O mesmo Autor sublinha: «Quanto mais longe de Braga, mais pobre se verifica a organização paroquial, como vemos na Egitânia (Idanha) e ainda na própria Iria».

De Braga terão saído os primeiros «evangelizadores-itinerantes» não só para as regiões internas da Galiza, mas também para a Lusitânia, além Douro.

II

A VINDA DE SANTIAGO A HISPANIA E O SILÊNCIO DOS TEXTOS

A INCOMPATIBILIDADE CRONOLÓGICA ENTRE A EXPEDIÇÃO JACOBEIA E A MORTE DO APÓSTOLO NO ANO 42

Mostramos, no primeiro artigo, por meio de testemunhos indirectos, mas concludentes, como a Igreja ou Cristandade de Braga existiria já no séc. II. Por todos os extremos da Península havia cristandades nos fins deste século (cf. TERTULIANO); e, sublinhadamente, na Galécia, extremo norte-ocidental das Hispanias, nos meados da centúria seguinte, denuncia-se o florescimento das igrejas da província, na perseguição de Décio (Epístola 67 de S. CIPRIANO).

Quer dizer que a Igreja de Braga, cabeça principal das terras galaicas, mediante dados e inferências positivas, se aproxima da idade apostólica, muito para além do ano 216, data em que Caracala criou a província da Galécia, recortada na marca norte-ocidental da Terraconense.

Mostramos, também, como, segundo o **Paroquial Suevo** e as lúcidas observações do historiador FERRO COUSELO, de Braga partiram os evangelizadores para o interior da Galiza e para a Lusitânia, a sul do Douro.

Cabe-nos ver, agora, a posição documental — a única que interessa à história verdadeira, — do problema da evangelização de Santiago em Espanha, e na Galiza, porque, como é óbvio, a historicidade da ex-

pedição jacobeia é fundamental para a questão da origem apostólica de Braga.

O silêncio dos textos até aos sécs. VII-VIII — O argumento negativo do silêncio sobre a discutida pregação apostólica, — em Espanha até ao séc. VIII, na Europa até ao séc. VII — será realmente uma prova eficiente em contrário? O silêncio **explica-se e não é absoluto,** como se tem suposto.

Não esqueçamos que Diocleciano, no séc. IV, mandou queimar os arquivos eclesiásticos e todos os livros religiosos dos Cristãos; e que na Península foi, com severidade, obedecido pelas autoridades, como testemunha PRUDÊNCIO.

No que toca especialmente à Galiza e a Braga notem-se as depradações causadas pelas invasões dos Vândalos e dos Suevos, as lutas com o Priscilianismo e o Arianismo, as correrias dos Arabes, as guerras medievais, com suas devastações e incêndios.

Quanto a Braga, ainda nos fins do séc. XVIII, o cónego fabriqueiro Bento Maciel vendia a peso os pergaminhos da Biblioteca da Catedral. Muita bibliografia litúrgica antiga, manuscrita e impressa, se perdeu também no incêndio destruidor do Paço Arquiepiscopal em 1866.

O facto é que, por esta ou aquela razão, as fontes, os elementos heurísticos, chegados até nós, concernentes aos seis primeiros séculos do Catolicismo na Península, são assaz escassos. Mas todos calam a evangelização de Santiago e dos seus discípulos.

Que prova o silêncio? Demonstraria, sem contestação possível, a inexistência, a não historicidade da pregação apostólica — a de Santiago, notadamente, — se esses autores anteriores ao séc. VIII: PRUDÊNCIO de Saragoça (séc. IV), PAULO OROSIO de Braga (séc. V), IDÁCIO de Chaves (séc. V), S. MARTINHO de Braga (séc. VI) — três deles da Província eclesiástica bracarense — tivessem o **dever histórico,** a **necessidade** de consignar nos seus escritos a tradição jacobeia, se ela vicejasse no seu tempo.

MONS. FERREIRA (**Origens do Cristianismo,** 1912, p. 59) fala em PRUDÊNCIO muito empenhado em celebrar as glórias agiográficas da sua pátria. Ora há aqui um equívoco. O que ele conta, no livro IV do **Peristefanon,** são as glórias cristãs de... Saragoça; o que ele exalta são os mártires daquela terra: Santiago não era de Saragoça, nem lá sofreu o martírio.

PAULO OROSIO, saído de Braga, escreveu a sua **História contra os Pagãos.** Com esta tinha um único fim: mostrar que a humanidade sefrera mais ruinas antes que depois do Cristianismo; nada, absolutamente nada, exigia que tratasse da pregação dos Apóstolos.

IDÁCIO de Chaves... é autor de uma **Crónica,** verdadeira história da Galiza..., mas só a partir do imperador Teodósio, quase quatro séculos depois dos feitos apostólicos.

Finalmente S. MARTINHO de Braga escreve obras filosóficas e morais de grande valor; podia ter-se referido à tradição em causa, se ela existisse então; mas, em verdade, nada, radicalmente nada, o impelia a isso. E, no entanto, com ser o menos historiador dos autores mencionados, chama **apostólica** à Igreja de Lugo (igreja que, segundo tradição antiga, teria sido fundada por Santiago).

Resulta de todo o exposto que o silêncio não é concludente; é apenas uma carência de luz; não se opõe, por si, à tradição da evangelização apostólica. Mais ainda: se ele valesse para Santiago, como os mesmos autores calam a vinda, posterior, de S. Paulo, **facto històricamente certo,** garantido por S. CLEMENTE ROMANO, no ano 90, teríamos de concluir, contra a verdade, que o Apóstolo das Gentes, também não chegara à Península. Ora o que prova de mais, não prova...

Dissemos ainda que o silêncio não era absoluto. Com efeito, SANTO ISIDORO (séc. VII), na obra **De Ortu et Obitu S. S. Patrum,** afirma, de uma maneira clara e terminante, a vinda de Santiago à Espanha e, notadamente, à Galiza. O testemunho é este: «Jaco-

bus, filius Zebedei, frater Joannis..., Hispaniae et Occidentalium locorum gentibus Evangelium predicavit et **in occasu mundi lucem proedicationis infundit** (Migne, P. L., 83, 151).

Quer isto significar que, no séc. VII se acreditava, em Espanha, na tradição do apostolado de Santiago por terras da Península e, particularmente, «na parte em que o Sol se esconde no mundo», os confins espéricos onde o Astro mergulha no Oceano, a Galiza, cuja cidade principal era, então, Braga.

A incompatibilidade cronológica entre a viagem de Santiago e a morte do Apóstolo na Palestina — Dois argumentos positivos contra a pregação de Santiago em Espanha se têm formulado (cf. **Hist. Bíblica** de SCHUSTER-HOLZAMMER):

1.º) Antes do ano 42 não puderam os Apóstolos ultrapassar os limites da Palestina; e em 42 foi decapitado Santiago.

2.º) S. PAULO, na sua carta aos Romanos, escrita no ano 58, fala da Espanha como país ainda por evangelizar.

Mas só a primeira dificuldade é digna de ponderação e análise.

O texto paulino, longe de constituir obstáculo à tradição em apreço, confirma-a: o Apóstolo certifica que tivera a honra de pregar — de Jerusalém até ao Ilírico — onde não se anunciara Cristo, e que iria agora à Espanha, depois de passar em Roma, cujos Cristãos o guiariam para aquela terra.

Nada induz a crer que S. Paulo considerasse a Hispânia terra virgem do Evangelho. Ao afirmar que possuira a glória de pregar onde o Evangelho não fora anunciado, exprime apenas uma norma, pois ele pregara em Damasco, em Jerusalém, em Antioquia, em Roma, depois das respectivas igrejas haverem sido fundadas. Iria à Espanha com o mesmo objectivo das suas últimas viagens: o de visitador apostólico. A cristandade de Roma o guiaria — «o conduziria» — às cristandades da Espanha. (Vidé: CONEGO ARLINDO RIBEIRO DA CUNHA, **Diário do Minho**, 24-3-1957 e CONSTANTINO COELHO, **Correio do Minho**, 5-1-1958).

Mas a impossibilidade temporal da viagem do Filho do Trovão à Ibéria, se não fora contestável, seria, como é óbvio, argumento decisivo, fulminante, em contrário.

Em que consiste o argumento? Em que Santiago foi, segundo os **Actos dos Apóstolos,** decapitado, em Jerusalém, no ano 42 ou 43; e que, consoante a tradição fixada por APOLÓNIO (fins do séc. II) e CLEMENTE DE ALEXANDRIA (séc. III), o Colégio Apostólico não saíu da Palestina até àquela data.

Examinemos, sucinta, mas objectivamente, a dificuldade.

No testemunho de APOLÓNIO, os Apóstolos, por ordem divina, não se afastaram de Jerusalém, pelo espaço de doze anos; no de CLEMENTE, não ultrapassaram, nesse duodecénio, as raias da Palestina.

O primeiro texto só se conhece por transcrição de EUSÉBIO, na sua «**História Eclesiástica**»: APOLÓNIO, por sua vez, citava a TRASIO, um mártir. O segundo texto funda-se num livro apócrifo «Petri praedicatio» (cf. VILLADA, AYUNO MAZARUELA, VELASCO GOMEZ, etc.).

Quer dizer: não são testemunhos directos, nem concordam entre si.

Ora a informação de TRASIO é, por inteiro, inaceitável. Sabemos, pelos **Actos dos Apóstolos,** que muito antes do tal duodecénio, Pedro e João calcurriaram a Palestina. Quanto à referência de CLEMENTE DE ALEXANDRIA, — a permanência do Colégio Apostólico durante doze anos entre os Israelitas — observe-se que a literatura canónica faz silêncio completo sobre este assunto; e que o argumento negativo, aqui, tem relevância especial, porque os **Actos** tratam **ex-professo** da vida de S. Pedro até ao ano 42 e nada dizem a esse respeito. Note-se ainda que a estadia em causa, por doze anos, dos Apóstolos, dentro das fronteiras palestínicas, se nos afigura contraditória com

o espírito do Evangelho: «Ide, pois, e ensinai a todas as gentes» (S. MATEUS, 28, 19).

Aceitemos, contudo, e à cautela, a realidade da lenda dos doze anos. Haveria ainda tempo de sobra para Santiago vir à Espanha.

Com efeito, desde o ano 29, data provável da morte de Jesus Cristo (nascido quatro ou cinco anos antes da nossa era), até ao ano 42-44, datas indicadas para a morte de Santiago, temos uma diferença de treze a quinze anos. Fica-nos, assim, para a expedição do Apóstolo ao «extremo do mundo» — Espanha e designadamente Galiza — um espaço de dois a três anos. Rejeita-se a hipótese do período mínimo de um ano, pois, à luz da crítica moderna, a data de 44 é segura para o martírio de Santiago.

Porém, saliente-se isto: entre a dispersão dos Apóstolos por todas as partes do orbe, começada, iniludìvelmente, a partir de 37-39, segundo VILLADA (**Hist. Ecl. de España,** I, p. 44), até à morte do Filho de Zebedeu, no ano 44, contam-se cinco a sete anos para a sua evangelização dos confins ocidentais da Hispânia.

Mantem-se, portanto, de pé, inabalável, a tradição santiaguesa, que será o fundamento para a história da primitiva Igreja de Braga.

III

PROVAS DA VINDA DE SANTIAGO A HISPANIA

BRAGA E A APOSTOLIZAÇÃO JACOBEIA

Destruida toda a dúvida sobre a possibilidade cronológico da expedição jacobeia às Hispanias — transformada ela, de súbito, em autentica certeza, a conceder ao Apóstolo um espaço de dois a sete anos para a sua viagem, — é tempo de focar a situação documental da tradição santiaguesa e ver se esta, històricamente, é causa perdida ou, antes, ganha foros de probabilidade ou de facto suficientemente provado.

Contar-se-iam hoje pelos dedos os autores de renome que, ao estudar **ex-professo** o problema, recusassem **in limine** autenticidade à tradição. Todavia a negativa assinada pelos historiadores franceses, desde TILLEMONT (séc. XVII) a LECLERCQ e DUCHESNE (séc. XX) vem avassalando a historiografia geral eclesiástica, como doutrina pacífica, fora da Península e mesmo dentro dela.

Surge, agora, uma falange de historiadores severos e positivos que defende a missão de Santiago na Hispânia. Guarda avançada dessa falange foi, com certeza, o douto GARCIA VILLADA, sem embargo da sua dúvida metódica, da sua objectividade rigorista e de um quase receio de parecer porta-voz da mesma tradição. São dele estas prudentes palavras: «enquanto se não prova que seja falsa ,será temeridade e ligeiresa notórias abandonar uma crença que foi o nervo da nossa história,... da nossa devoção e da devoção e piedade da Europa inteira» (**Hist. Ecl. da España,** I, p. 52).

AYUNO MAZARUELA, por sua vez dirá que «a ciência tem suas exigências para todos por igual. Se nos exige muito para construir, temos o direito de exigir outro tanto aos que destroem» (**Santiago en la Hist.**, I, Madrid, 1954, p. 83)

Uma tradição para ser reconhecida como verídica històricamente não importa que se expresse em monumentos coetâneos ou quase coetâneos; ela, em regra, transmite-se por algum tempo sem documentos escritos, por via oral. O que importa é que os textos sejam autenticos e de idades veneráveis; e ainda que pressupostos positivos os valorizem (v. g. que haja congruência entre o transmitido e os factos exactos da época em referência; e, por último, que se não levantem dificuldades invencíveis.

Ora, todas estas condições se realizam na tradição jacobeia.

Os documentos que a expressam são de idades veneráveis — a saber: dos seis ou sete primeiros séculos. A necessidade de uma evangelização urgente... «até aos confins do mundo» é patente, está consignada na própria literatura canónica: «Sereis minhas testemunhas em Jerusalém, em toda a Judeia,... até aos extremos da terra». Ora a Galécia era — e é — o extremo ocidental do mundo clássico: «extremitate mundi», como a designa o próprio I Concílio Bracarense. As dificuldades formuladas — a tradição da estadia dos Apóstolos por doze anos em Jerusáem e a prioridade da missão paulina — têm calcanhares de Aquiles, como se viu; fàcilmente se esboroam.

Estudemos, pois, as fontes remotas.

1.º — Existe um núcleo de monumentos do séc. IV-V que afirmam, interpretativamente, **mas sem dúvida**, a tradicão jacobeia. VILLADA não chega a dar-lhe o relevo necessário. Modernamente PEDRET CASALO e CLODOALDO VELASCO atribuiram-lhe, com justeza, nova relevância.

Os testemunhos são de Padres da Igreja do século de oiro constantiniano: DIDIMO, mestre em Alexandria, um dos homens mais eruditos do seu tempo,

TEODORETO, uma das glórias da escola de Antioquia, e S. JERÓNIMO, tão famoso nos estudos escriturísticos e dogmáticos como na sua qualidade de historiador.

DIDIMO O CEGO (séc. IV) na sua obra «De Trinitate» afirma: «A um dos Apóstolos, que vivia na India, **a outro que vivia em Espanha** e a outros em outras regiões, **distribuídos pelo Espírito Santo...**» (MIGNE, P. G. 39, 488).

O texto não pode referir-se a S. Paulo; este só ingressou no Colégio dos Apóstolos muito depois do dia de Pentecostes, em que, segundo o próprio DIDIMO, eles foram pelo Espírito Santo distribuidos.

TEODORETO (séc. V) fala de um Apóstolo com missão distinta entre os Hispânicos (in «Sermão do octavo dos Mártires», MIGNE, P. G. 83, 1010). Ora também não pode referir-se a S. Paulo que não teve missão adstricta a qualquer região.

S. JERÓNIMO (séc. V) no seu «Comentário ao Profeta Isaias», cap. 42, escreve: «Vendo Jesus aos Apóstolos nas margens do mar Genezaret preparando suas redes, chamou-os e enviou-os ao grande mar para transformá-los de pescadores de peixes em pescadores de homens; aqueles que pregaram o Evangelho desde Jerusalém até ao Ilírico e às Espanhas» (MIGNE, P. L. 24, 424-25). Como é consabido, no lago de Genezaret, quem Cristo encontrou foram estes quatro Apóstolos: S. Pedro, Santiago, S. João e Santo André. Roma convém a S. Pedro (e ainda, segundo TERTULIANO, a S. João). Santo André convém ao Ilírico, **logo só Santiago convém às Espanhas.**

Há um segundo texto de S. Jerónimo, no mesmo sentido: «o Espírito Santo congregou (os Apóstolos) e dividiu-os... de modo que um partiu para a India, **outro para a Espanha...**», (MIGNE, P. L. 24, 373).

E' pois forçoso concluir, em contraposição a DUCHESNE e seus discípulos, que no ambiente da Escola de Alexandria, onde Dídimo foi mestre e S. Jerónimo discípulo, era tradição comum, nos séc.s IV-V, que um

Apóstolo e não outro senão Santiago, partiu em missão específica para a Espanha.

2.º — Nos sécs. VI-VII encontra-se outro núcleo de monumentos, indubitáveis, que expressamente certificam a evangelização de Santiago na Espanha e na Galiza.

O CATÁLOGO APOSTÓLICO, versão latina, que no parecer dos melhores críticos, incluindo o próprio DUCHESNE, é do séc. VII, senão VI, afirma claríssimamente a tradição. «Santiago, filho de Zebedeu e irmão de João, predicou em Espanha...». Não se objecte que o passo é uma interpolação na versão latina e que não existe na versão original, bisantina. Não se nega a interpolação; é ela que constitui a melhor prova de como vicejava nos sécs. VI-VII a tradição santiaguesa no Ocidente. O tradutor não foi um falsário; os manuscritos latinos procedem da Alemanha (Wolfenbüttel) e da Suiça (Berne).

O próprio VENÂNCIO FORTUNATO (sec. VI), citado pelos negadores da tradição, apenas porque no **Carmen** dedicado a S. Martinho de Braga, com exagero retórico, lhe atribui a conversão da Galécia, esse mesmo poeta gaulês vincula o Ocidente a Santiago e o Oriente a João: o Dumiense aparece «a dar (à Galécia) deste lado (do mundo) o auxílio de Tiago e de além o de João» (aviso de FRANCISCO JOSÉ VELOZO, in «Dibuk ou o Corpo aberto», 1959, p. 6.)

ALDELMO, abade de Malmesbury (séc. VII), numa sua inscrição métrica para o altar de Santiago, escreve: «foi o primeiro que converteu as gentes hispânicas à fé» (MIGNE, P. L. 89, 293).

SANTO ISIDORO, no mesmo séc., no seu tratado **De ortu et obitu Patrum,** é mais explícito ainda: «Tiago filho de Zebedeu... predicou o Evangelho às gentes da Espanha e dos lugares ocidentais e na parte onde o Sol se esconde no mundo (isto é, a extrema parte ocidental, a Galiza) descobriu a luz da sua predicação».

DUCHESNE, ante a semelhança da frase «Espanha e os lugares ocidentais» em Santo Isidoro e no Catálogo Apostólico, estabelece uma engenhosa teoria: Santo Isidoro decalcarara o Catáogo. Será, seria. Mas o que não constitui teoria, mas sim um facto é que na Hispania do séc. VII se acreditava, e consignava em escrito, a tradição santiaguesa, a vinda do filho do Trovão, às plagas ocidentais da Península. E' bem frágil uma teoria que, pela simples semelhança de algumas palavras, fixa um parentesco de derivação entre dois textos; e, por outro lado, o testemunho de SANTO ISIDORO mostra-se assaz mais completo do que o do Catálogo; tudo indica que houve uma fonte anterior comum de ambos.

A partir do séc. VIII — há uma cadeia solidária, harmónica, consistente, a afirmar a tradição: a Missa e o Ofício da Liturgia moçarabe, S. Bento de Liabano, Beda o Venerável e outros.

Ora, uma tradição que tem suas raizes de congruência perfeita na própria literatura canónica (a ordem de Cristo para os Apóstolos evangelizarem... até aos confins da terra e a dispersão dos mesmos, iniciada três a sete anos antes da morte do filho de Zebedeu); tradição que deixa marcas já no séc. IV-V, em que avulta Santiago como Apóstolo da Hispânia (DIDIMO O CEGO, TEODORETO, S. JERÓNIMO), — marcas a evidenciar fundamento anterior —; tradição que se assinala, com a máxima nitidez, no BREVIÁRIO APOSTÓLICO e em SANTO ISIDORO (séc. VI-VII), não será lícito negá-la ou pô-la sequer em dúvida, enquanto não apareçam argumentos insuperáveis em contrário.

A tradição ascende ao período imediato ao dos Apóstolos. Ora não se olvide que, pressuposta a historicidade positiva da chegada à Galécia de Santiago — **a esta parte extrema do orbe chamada Galécia,** na definição geográfica de IDÁCIO —, o facto implica, quer pela lógica, quer pelo uso apostólico, a irradiação missionária do Zebedeu **a-partir-de Braga,** lugar principal do país.

Não se olvide ainda que a lógica e a regra

apostólica se acham confirmadas pelo **Paroquial Suevo** do séc. VI, a elucidar-nos concretamente que Braga foi o quartel-general da primeira apostolização da Galiza e da Lusitânia. Quer isto significar: da missionação de Santiago e seus discípulos.

IV

A FUNDAÇÃO DA IGREJA DE BRAGA E A TRADIÇÃO DOS DISCÍPULOS DE SANTIAGO

O BREVIÁRIO DE D. MANUEL DE SOUSA E O CÓDICE CALISTINO

Chegados a esta altura em que deixamos patenteado o duplo facto de haver sido Braga o primeiro centro de evangelização no Ocidente hispânico e também o ponto de partida do apostolado santiaguês, cabe perguntar: teria Santiago fundado a Igreja bracarense, além de por estas terras haver de certeza missionado.

Se não erramos muito, històricamente, temos de optar pela afirmativa.

Não é só uma tradição imemorial que, na essência, isto confirma. É o costume dos Apóstolos como norma certa, regra assegurada pelas fontes mais fidedignas — a própria literatura canónica.

Não vinha um Apóstolo ao «fim do mundo»; não andaria por cá três a cinco anos, sem que lançasse as bases de uma comunidade cristã.

Contra esta verdade histórica há apenas uma objecção: as primeiras Igrejas fundadas nas Hispânias se-lo-iam mais tarde pelos bispos ou varões apostólicos enviados de Roma, por S. Pedro e S. Paulo. Assim o quer, modernamente, VELASCO GOMES, sem negar, antes afirmando, a apostolização jacobeia (**Santiago y España,** 1948, p. 73).

Ora este juizo não tem nenhuma consistência.

Os Apóstolos ao evangelizar fundavam Cristandades, Presbitérios, Igrejas locais; ou visitavam-nas.

A tradição dos Varões Apostólicos em Espanha existe, na verdade. É o 3.º momento da cristianização da Península.

Primeiro viera Santiago «descobrir a luz da sua predicação onde o sol se esconde no mundo» (S. ISIDORO); depois S. Paulo, tudo indica que como visitador apostólico, guiado, — conduzido — às cristandades da Hispânica pela Cristandade de Roma (Epístola aos Romanos do a. 58); depois ainda os Varões Apostólicos, ordenados, na Igreja mãe comum dos Cristãos, pelos Príncipes dos Apóstolos.

Esta última lenda tem sido considerada entre os autores eclesiásticos (MONS. FERREIRA em Portugal), de grande solidez e valor histórico, nas suas linhas gerais.

O **Martirológio Leonês,** redigido pelo ano 806, dá-nos a relação desses varões apostólicos, feitos bispos em Roma e mandados à Peninsula: Torquato, Tesifonte, Secundo, Indelécio, Cecilio, Esício e Eufrásio. Constituiriam, segundo a lição do Martirológio, Igrejas no sul da Espanha — Bética e confins da Tarraconense.

Ora, esta versão é, por completo, independente da tradição jacobeia. Todavia o **Liber Sancti Jacobi — Codex Calixtinus** (séc. XII), ao relatar que Santiago fez muitos discípulos, conta entre eles os ditos Varões Apostólicos. Haveriam sido, de facto, ordenados pelos Príncipes dos Apóstolos, em Roma, e remetidos para as Hispânias, mas tudo isto depois de terem acompanhado Santiago e trasladado o seu corpo para a Galiza.

Evidentemente são duas tradições entrelaçadas. Note-se, porém, que este entrelace — a dos Varões Apostólicos com a da trasladação de Santiago — tem fundamentos anteriores.

A notícia da trasladação já anda em três monumentos mais antigos: o **Martirológio de Floro e Adão** (séc. IX), a **Carta do pseudo Papa Leão III** (séc. IX-X) e o **Códice de S. Pedro de Gembloux** (séc. IX-X). E estes textos, segundo VILLADA, supõem, por sua vez, memórias e fontes comuns, donde derivam. Ora, em tais relatos já se encontra o nome de dois desses

Varões Apostólicos: Torquato e Tesifonte. Quer dizer: na sua origem, a lenda dos Varões Apostólicos e a dos discípulos de Santiago não seriam absolutamente autónomas.

O que se impõe salientar é que a lenda da trasladação do corpo de Santiago e da existência de discípulos seus na Galiza precede bastante o **Códice Calistino.**

Quanto à outra lenda — a dos Varões Apostólicos — o Dr. JOSÉ VIVES, ùltimamente, procura demonstrar que o original, de que é um extracto a notícia do **Martirológio Leonês,** deve ser criação de um hagiógrafo moçárabe, fugido da Bética no séc. VIII (cf. MIGUEL DE OLIVEIRA, **Varões Apostólicos,** in «Encicl. Luso-Brasil.»)

Não é, portanto, esta lenda — a dos Varões apostólicos fundadores das primeiras Igrejas na Peninsula — uma das mais sólidas, como se pensava.

No entanto, os hagiógrafos ou autores eclesiásticos, que desde o séc. VIII até ao séc. XII referem os discípulos de Santiago, sejam embora fantasistas no circunstancial, teriam, com certeza, fontes anteriores a afirmar a existência dos seguidores do Apóstolo, na Galiza.

A um deles caberia ser o primeiro Bispo bracarense.

É curioso observar que o Breviário de D. MANUEL DE SOUSA (Braga — 1549) pretende abonar a tradição de S. Pedro, 1.º bispo de Braga e discípulo de Santiago, no **Codex Calixtinus.**

Não queremos, neste momento, tomar a defesa de S. Pedro Bracarense, discípulo do filho do Trovão. Mas o testemunho alegado do pseudo Papa Calistino II inclina-nos a crer que na Catedral de Braga ou no Paço arquiepiscopal haveria, ao tempo, uma cópia, hoje perdida, do **Liber Sancti Jacobi** em que esse 1.º Bispo de Braga viria consignado como um dos continuadores de Santiago.

O que é certo é que a edição de D. DIOGO DE SOUSA (1511) já nos fala em S. Pedro 1.º bispo de

Braga, discípulo de Santiago e não se firma no **Codex Calixtinus,** expressamente, mas em **testemunhos idóneos.**

A essência da tradição fixada nestes incunábulos litúrgicos preciosos, confinada à existência de um discípulo de Santiago que teria sido 1.º bispo de Braga, não repugna e integra-se na lenda santiaguesa dos manuscritos onzecentistas.

Tentados estaríamos a avançar esta conclusão: sem argumentos apodíticos não será lícito ao historiador negar uma tradição que se apoia em tantos dados positivos. Pelo menos nestes:

Na literatura canónica, quando refere que Cristo mandou aos Doze: «Dareis testemunho de mim em Jerusalém, etc.... até aos **confins da terra,** isto é, o Ocidente ibérico.

Na literatura eclesiástica dos séc. IV-VII, quando interpretativa ou explicitamente regista a missão de Santiago na Galécia; e quando aponta — no **Paroquial Suevo** do séc. VI — Braga como centro irradiativo da cristianização.

Na literatura eclesiástica do séc VIII-XII, quando fala nos discípulos de Santiago, havidos na Galécia.

E não se esqueça a hipótese — a quase certeza moral — de ter existido um manuscrito do **Codex Calixtinus,** que referiria S. Pedro 1.º Bispo de Braga, continuador de Santiago. Mas melhor o veremos adiante.

V

OS SILÊNCIOS CONTRA A TRADIÇÃO DE S. PEDRO MARTIR

PROVAS EXTRÍNSECAS DA ANCIANIDADE DA MESMA TRADIÇÃO

Ter-se-á verificado dos artigos anteriores quanto seria rigorismo irracional se, à face dos elementos documentais conhecidos, negassemos ainda ou não estabelecessemos como verdades históricas: a vinda de Santiago à Galécia romana, onde cai Braga como terra principal; a fixação aqui de alguns discípulos dele; e a irradiação a-partir-de Braga da evangelização do Ocidente ibérico, isto é, na expressão de S. LUCAS e na tradução da **Vulgata,** «o que o mundo (clássico) tem de mais remoto».

Não há dúvida que se fundou uma comunidade cristã e, ao dirigi-la, haveria um colégio de presbíteros com o seu episcopado presidente ou (como bem se infere do conhecimento que hoje temos da organização eclesiástica dos primeiros tempos).

Mas quem seria esse primeiro bispo consagrado pela imposição das mãos de Santiago ou então delegado seu para a Galécia, um desses sucesosres dos Apóstolos-itinerantes de que fala a carta de CLEMENTE ROMANO à Igreja de Corinto (a 97)?

Não nos queremos comprometer. Quem em toda a sua vida de modesto aprendiz de história sempre vem prestando culto ao Documento e à positividade, a despeito da pouquidade dos seus recursos, não deseja agora que o acusem de alucinado ao repensar uma causa tida, quase unânimamente, por desesperada.

Mas a verdade é que a legenda de S. Pedro, 1.º bispo de Braga, em sua estricta substância, nada parece ter de inverosímil e absurdo.

Só porque um antiquário, o célebre GASPAR ALVES LOUSADA, quis reforçar a tradição, adulterando ou falsificando documentos, não se segue que a legenda do Breviário de D. DIOGO DE SOUSA (1511) seja falsa. As interpolações em documentos ou a contrafacção para dar maior garantia a um facto histórico ou a um direito que se possui são assaz frequentes. Nada provam contra o facto ou o direito em causa.

Porque nos calendários e livros litúrgicos da Diocese de Braga anteriores ao mesmo Breviário se omite ou ignora o 1.º bispo de Braga S. Pedro, não devemos, só por isso, negá-lo imprudentemente.

Nada nos demonstra que essas obras manuscritas ou impressas, escassa meia duzia, dos sécs. XIV e XV tivessem a obrigação de festejar o fundador da Igreja de Braga. Nenhuma refere as origens da Cristandade bracarense. E, no entanto, a Igreja de Braga começou alguma vez.

Duas hipóteses surgem possíveis para o silêncio: ou foi tradição que pelo Arcano ou pela reduzida bibliografia litúrgica dos primeiros tempos nunca entrou nos livros deste género, nos calendários, dipticos ou listas oficiais, sem contudo se perder por completo, fixada em alguma narrativa hagiográfica; ou porque, através dos séculos, deu lugar a outras legendas e festas dos calendários gauleses e hispânicos, de acordo com a preferência dos bispos saídos da Ordem de Cluny. Notemos, quanto à primeira hipótese, que das listas primitivas de prelados das Igrejas peninsulares só chegaram até nós três: a de Elvira, a de Sevilha e a de Toledo; e que, se a de Elvira começa com o nome de um varão Apostólico, Célio, **a de Toledo passa por cima de Melencio,** presente ao importante sínodo de Elvira, e começa só com Pelaio, um dos seus sucessores. Notemos ainda que outras memórias de Braga, de grande significado e historicidade certa,

como a primeira sagração da Sé, a primeira conversão dos Suevos, a origem da sua Litúrgia, etc., foram também omitidas ou substituidas por tradições estranhas.

O argumento negativo do silêncio dos livros litúrgicos da Igreja de Braga, anteriores ao Breviário de 1511, no que toca ao 1.º bispo de Braga, não tem, por conseguinte, alcance de maior.

Mas os adversários da tradição apresentam outros silêncios em circunstâncias que, segundo julgam, obrigariam a declarar a tradição se ela, de facto, existisse.

D. Godinho, no discurso proferido em Tui, em 1182, fala das glórias da Igreja de Braga — as santidades de S. Frutuoso, S. Vitor, S. Martinho, S. Geraldo —, mas não se refere ao seu 1.º bispo.

Na disputa entre Braga e Toledo, no tempo de Honório II (1216-1227) não se aponta o argumento da origem apostólica da Igreja bracarense.

Não há dúvida que são muito de estranhar tais silêncios, nos fins do séc. XII e princípios do séc. XIII. Mas, após uma análise cuidada e interna das mesmas fontes, teremos de convir que, se era moralmente impossível a D. Godinho e a D. Estevão Soares ignorar a tradição caso existisse, nada os impelia a consigná-la ou a referi-la naqueles monumentos.

Com efeito, o discurso de D. Godinho foi proferido perante o Tribunal de Tui estabelecido para resolver a contenda entre Braga e Compostela relativa aos seus bispos sufragâneos a norte e a sul do Douro. D. Godinho preocupa-se, fundamentalmente, em provar os seus direitos metropolíticos, alegando muitas bulas e documentos pontifícios. Que vantagem teria ele em evocar o 1.º bispo da sua Igreja, um discípulo de Santiago, se o litígio era com a própria Sé santiaguesa?

Na questão da primazia entre Braga e Toledo, ao tempo de D. Estevão Soares, não se discutiam as origens apostólicas das duas Sés; o que se debatia era a dependência ou independência da Igreja de Braga, há mais de cincoenta anos, da de Toledo e a

sua imediata sujeição à Santa Sé. Para que evocar uma origem que não estava em causa e nada adiantaria à pendência? Note-se que, então, o Primaz de Toledo era D. Rodrigo Ximenes, a quem se atribui, embora sem base séria, a frase de que a pregação de Santiago em Espanha era uma história de velhas piedosas.

Aduz-se ainda contra a tradição o discurso de D. João Peculiar aos habitantes de Lisboa antes da conquista de 1147. Porque ele não alude ao pretenso predecessor S. Pedro Martir quando fala em Santiago e nos seus discípulos, os Varões Apostólicos, quer-se concluir daí pela validade do argumento negativo. Não se evidência, porém, o dever histórico do Arcebispo de Braga ter de ensinar aos Mouros quem havia sido o primeiro ocupador da sua cadeira.

O que D. João Peculiar quereria dizer é que a Península pertencia a Cristo desde a evangelização de Santiago — que, com S. Pedro Mártir de Braga, ou sem ele, também respeita à tradição bracarense — e que os continuadores do Apóstolo, em terras do sul, foram os Varões Apostólicos.

O discutido primeiro bispo de Braga não seria para ali chamado, embora lá figure um Donato, de Ovar, que enfileira entre os evangelizadores da Bética e do sul da Tarraconense.

Mas ainda que a medo, atrevemo-nos a perguntar: será absolutamente certo o silêncio de D. João Peculiar sobre o bispo S. Pedro na sua pregação aos Mouros de Lisboa?

O sermão encontra-se na chamada **Carta de Osberno,** — ou antes **do Cruzado inglês R para Osberto** —, incluida no Códice n.º 470 do Colégio de Cristo da Universidade de Cambridge. No sermão, o Arcebispo exorta os sitiados a regressar às terras africanas e a deixar as evangelizadas por Santiago e seus discípulos, que enumera: Donato, Torquato, etc., etc.... e Pelágio. Ora aqui está uma lista de Varões Apostólicos, discípulos de Santiago, variante da que se encontra nos manuscritos mais ou menos coevos

do Códice Calistino. O exemplar da Catedral bracarense conteria, ao que parece, mais estes Varões Apostólicos: Donato, Vitorio, Pelágio. Donato sabemos quem é. O próprio relato do cruzado inglês nos informa que na Terra de Santa Maria repousa o corpo do bem-aventurado Donato, discípulo de Santiago (P. M. H., Scriptores, I, p. 395). Mas quem seria o Pelágio?

Antes e depois dos falsos Cronicões não há nenhum Pelágio conhecido discípulo de Santiago. Em Espanha e Portugal apenas se venerou um S. Pelágio, o menino martir de 925 (P. DAVID, **Études Historiques, p.** 244). Começado pela letra **P** só existe o **Petrus** de Braga.

A carta para Osberto ou é um apógrafo ou um original redigido em Inglaterra sobre outras fontes (ver: PIERRE DAVID, **Sur la relation de la prise de Lisbonne...,** «**Bul. de l'Inst. Fr. au Portugal**», 1947, p. 242 e RUI PINTO DE AZEVEDO, **Alguns dados críticos sobre a carta** ou **memória «De Expugnatio Lysbonensi»**, in Guia Oficial do Congresso de Portugal Medievo, 1959). Do sermão, em si, não se conhece o original, escrito, quase de certeza, em breve.

Não nos queremos aventurar, mas assalta-nos a dúvida sobre se a abreviatura do nome iniciada pela letra **P** teria sido convenientemente desdobrada ou bem interpretada na cópia ou no original da carta. Já uma vez um grande historiador (L. GONZAGA DE AZEVEDO), por ter dado crédito a uma transcrição errada, colocou um **Petrus bracarensis archiepiscopos** como predecessor do próprio D. João Peculiar quando governava ainda **Pelagius,** o célebre D. Paio Mendes. RUI DE AZEVEDO, o maior dipiomatista português, considera a nossa hipótese absolutamente plausível.

Concluamos, portanto, que a **Carta para Osberto,** longe de infirmar a tradição, nos reforça a ideia de ter havido uma narrativa na Biblioteca catedralícia de Braga, talvez uma cópia do **Códice Calistino,** que os organizadores do **Breviário de D. Manuel de Sousa,** em 1549 ainda teriam visto, assim como o próprio

D. Diogo de Sousa, e em que viria indicado um Petrus, de Broga, como discípulo de Santiago.

Quem pode legitimamente duvidar que D. Diogo de Sousa por 1508, se certificou da tradição de S. Pedro Mártir, primeiro bispo de Braga e discípulo do Zebedeu, em monumentos da Catedral ou do Paço, antes de ordenar ou consentir que a introduzissem no seu Breviário, saído do prelo em 1511? Ele iria enganar-nos quando se diz baseado em **testemunhos idóneos?**

Quem pode também negar que D. Manuel de Sousa viu, entre as suas coleções de manuscritos, uma cópia do **Códice Calistino** ou outro monumento filiado nele, com o nome de S. Pedro de Braga entre os continuadores de Santiago?

Quer dizer, temos aqui dois testemunhos extrinsecos seguros, a entroncar a tradição naquele núcleo de fontes dos sécs. VIII-XII que se referem aos discípulos do Apóstolo.

VI

CRITICA DA POSIÇÃO DE MONS. FERREIRA

Antes de dar remate ao presente estudo, cabe-nos rever a posição de MONS. FERREIRA, quanto ao problema, pois ele foi um dos adversários mais doutos e completos da lenda de S. Pedro de Rates— nome que os Breviários de 1511 e 1549 dão ao primeiro bispo de Braga. Da solidez ou debilidade da posição, à luz dos conhecimentos actuais atinentes à matéria, se concluirá do valor ou desvalor da tradição.

Observa ele lucidamente, que a dita tradição, embora longe da época dos acontecimentos, «não deixa de ser uma tradição... respeitável... Porque não só S. Pedro foi inserido no Breviário de D. Diogo de Sousa, que certamente teve motivos para isso,... mas também no Martirológio Romano está inscrito a 26 de Abril» (**Origens do Cristianismo na Peninsula Hispânica,** Porto, 1912, p. 56). Comenta, no entanto, que «a biografia escrita no Breviário de D. Diogo de Sousa... contem factos e pormenores que a crítica moderna geralmente não aceita». Reporta-se a três afirmações: «1.ª que Santiago Maior vivera em Espanha; 2.ª que tivera aqui muitos discípulos, e que um deles foi S. Pedro de Rates; 3.ª que este... merecera ser instituido por Santiago, bispo de Braga».

Como é óbvio, o valor das duas últimas afirmações depende, imediatamente, do da primeira.

MONS. AUGUSTO FERREIRA, no que toca à vinda de Santiago à Peninsula, resolvera-se pela negativa: encostara-se ao silêncio de PRUDÊNCIO (séc. IV), muito empenhado em celebrar as glórias hagiográficas da Espanha; e à dificuldade cronológica do Após-

tolo ter chegado à Peninsula antes do ano 42, data do seu martírio, na Palestina.

Ora estas objecções já a crítica moderna, contemporânea, as pulverizou. Nós próprios demonstrámos a inconsistência delas no artigo II deste estudo. PRUDÊNCIO refere-se ùnicamente aos mártires de Saragoça, o que exclui Santiago; e tem-se hoje por certo que o martírio de Santiago foi no ano 44, havendo larga margem de três a sete anos para a sua expedição à Espanha (pois a crítica actual fixa a dispersão dos Apóstolos — até aos confins da terra—a partir de 37-39).

MONS. FERREIRA fala ainda de JULIANO DE TOLEDO (séc. VII) que, na sua obra **Sobre a 6.a Idade do Mundo,** aludindo aos feitos dos Apóstolos, não menciona a viagem de Santiago às Hispânias. O argumento é do velho DUCHESNE. Mas não tem relevância. A verdade é que Juliano, na obra citada, ao indicar Jerusalém para Santiago, não distingue se este é o Maior ou o Menor e apenas cita mais dois Apóstolos (S. Tomé para a India e S. Mateus para a Macedónia). Seu desígnio era tão só convencer os Judeus de que o Messias chegara já ao mundo. Mas em outro escrito, **Comentários de Nahum,** publicado sob o seu nome, afirma-se, com todas as letras, que Santiago predicou em Espanha. Não se objecte que é controversa a autoria da obra; como diz VILLADA, «nem as citas escriturísticas, nem a doutrina, nem o estilo desdizem de S. Juliano (**Hist. Ecl. de España,** I, p. 65); e CANISIO, testemunha insuspeita, imparcial, viu um códice que adjudicava a obra ao arcebispo toledano.

O autor dos **Fastos episcopais da Igreja Primacial de Braga** argumentara ainda contra a tradição jacobeia — fundamento indispensável da tradição do primeiro bispo de Braga, seu discípulo — com a carta de INOCÊNCIO I ao bispo de Gubia, Decencio (séc. V), na qual se afirmaria que em Espanha ninguém fundara Igrejas senão aqueles que o Apostolo Pedro ou seus sucessores constituiram bispos. O que prova de mais não prova... Com efeito a epístola diz-nos que

em toda a Itália, na Gália, Espanha, Sicília, etc. ninguem fundou Igrejas senão... os que a Igreja de Roma instituiu bispos. Ora a certeza certa é que S. Paulo predicou em Malta, em Roma, em outras partes da Itália e veio à Espanha. Por isso, o douto VILLADA adverte que o testemunho de INOCÊNCIO I «não urge, nem há que tomá-lo à letra».

Nós outros cremos numa interpretação em absoluto harmonica com a visita de Santiago. O que o Pontífice diz, à letra, é isto:«Ninguém no Ocidente deve deixar de seguir (os usos liturgicos estabelecidos pelo Principe dos Apóstolos) principalmente sendo manifesto que em toda a Itália, nas Gálias, Espanha, Africa, Sicília, e ilhas adjacentes, ninguém fundou Igrejas senão aqueles que o venerável Apóstolo e seus sucessores constituiram bispos...; ou digam se em estas províncias se conta ou lê ter outro Apostolo ensinado. Por isso... convem que se guarde o que observa a Igreja de Roma». Quer dizer: «Ninguém no Ocidente seguiu ofícios divinos estranhos à Igreja Romana; sob a égide de S. Pedro todas as Igrejas se fundaram; não consta que algum outro Apostolo, em qualquer província, haja ensinado (outros ritos) (nem Santiago, nem S. Paulo).

Contra estas tão frágeis dificuldades levantam-se dois núcleos de documentação positiva, clara e firme, —o 1.º dos secs. IV-V e o 2.º dos secs. VII-VIII—ancorados na literatura canónica como estratos ou sedimentos sobrepostos de uma só verdade: a viagem de S. Tiago ao «extremo do mundo», à Galiza, onde sobressai Braga.

Talvez hoje MONS. FERREIRA não alinhasse entre os cepticos no que respeita à vinda de Santiago à Espanha. Mas alinhou. E quanto às duas outras afirmações do «essencial» da tradição do primeiro bispo de Braga S. Pedro—a de que Santiago teria, na Galiza discípulos e a de que S. Pedro foi um deles, instituído, pelo Apóstolo, genisiarca da Igreja bracarense — diz-nos o autor dos «Fastos» «que infelizmente se não podem documentar».

Não haverá documentos directos, é certo; mas existem, se não erramos, factos e documentos indirectos assaz favoráveis à tradição.

É porventura crível que Santiago viesse ao extremo ocidental da Península e do mundo e por cá andasse de 2 a 7 anos e não fízesse discípulos? Teria sido Santiago um Apóstolo frustrado? Eis uma hipótese temerária, ligeira em excesso.

Não é verdade, por outro lado, que desde o sec. VIII há monumentos, mais ou menos a pressupor outros mais antigos, que, expressamente, se referem aos discípulos de Santiago, havidos na Galiza?

Não será, ainda e ao cabo, exacto, como já vimos, que D. DIOGO DE SOUSA, no limiar do sec. XVI, e D. MANUEL DE SOUSA, nos meados da masma centenária, nos dão, testemunho extrinseco, mas iniludível, de haverem conhecido textos seguros, incluindo uma cópia do **Códice Calistino** — logo fontes remontantes ao séc. XII — a atestar a tradição do nosso S. Pedro Bracarense?

Deverá, pois, concluir-se que a tradição possui bases muito antigas. Constituiria rigorismo indevido pôr em dúvida o valor de tais fundamentos, considerados no seu conjunto.

VII

A QUESTÃO DO APELATIVO: S. PEDRO DE RATES CONCLUSÃO: STANDUM EST PRO TRADITIONE

Que muito terem desaparecido os monumentos heurísticos em que se estribam os Breviários de 1511 e 1549 ao consignarem a tradição do primeiro bispo de Braga S. Pedro Mártir? Através dos séculos, quantos de venerável antiguidade se hão perdido?

No séc. XV, a pedido do Arcebispo D. Fernando da Guerra, uma bula do Papa Nicolau V, **Sane pro parte,** punia com excomunhão reservada quem subtraisse livros da Biblioteca catedralícia. Não obstante, a Sé e os seus anexos foram, ainda no mesmo século, assaltados e transformados em fortaleza dos rebeldes, na guerra privada havida entre o Arcebispo e Senhor de Braga D. Luís Pires e D. Lourenço de Lima (chegaram a arrancar as lages dos túmulos da Sé e da pedra baptismal fizeram salmoura).

Milagre foi que a D. Diogo de Sousa e a D. Manuel de Sousa (séc. XVI) tivessem chegado os documentos a que os seus Breviários aludem. Eles remontam, de certo, como vimos, ao séc. XII; existiriam no Paço ou na Biblioteca catedralícia de D. João Peculiar. Neles, sem dúvida, se terá fundado este prelado quando apresentou, no discurso do cerco de Lisboa, a variante bracarense dos Varões Apostólicos.

Pior que a tomada da Sé no séc. XV, há-de ser o sucedido no séc. XVIII: o que restava da Biblioteca de D. Diogo de Sousa (missais, martirológios, códices de todo o género, antiquíssimos), tesouro de valor incalculável para a história, tudo foi vendido a peso, a um bate-folha, pelo fabriqueiro ignorante, o Cónego

Bento Maciel. E outras obras litúrgicas existentes no Paço as destruiu o pavoroso incêndio de 15 de Abril de 1866.

Não devemos, assim, negar fé ao testemunho extrínseco dos Breviários de D. Diogo de Sousa e D Manuel de Sousa. Eis um ponto capital da nossa posição e essaz fundamentado.

Acres. : que, pressuposta a vinda de Santiago à Galiza e também a sua evangelização aqui por dois a sete anos — dados positivos, isto é, induzidos de fontes documentais seguras — (ver nossos artigos II e III) a lógica histórica, a inferência reconstituitiva do passado, só por si, levar-nos-ia à mesma conclusão, à mesma lição, nas suas linhas essenciais, dos Breviários de 1511 e 1549: que Santiago, em Braga, fez quartel general do seu apostolado; que em Braga e para Braga instituiu bispos um do seus discípulos (ver nossos artigos III a V).

O S. Pedro, o **Petrus** da Cristandade bracarense, tanto se extrai dos breviários como da pura inferência dos factos conhecidos e averiguados à margem da tradição especifica desse S. Pedro, primeiro bispo de Braga.

Na tradição em causa, a de S. Pedro Mártir, primeiro bispo de Braga, há, claramente, a distinguir, o seu fundo essencial — discípulo de Santiago, feito bispo de Braga — e a matéria acessória, circunstancial — os elementos hagiográficos, mais ou menos discutiveis e talvez imaginativos, a saber, a cura da lepra que afligia a filha do governador da cidade (lepra talvez igual a gentilismo), a fuga para Rates, o seu martírio lá e a descoberta do itúmulo pelo anacoreta Felix.

Repare-se que nunca chamamos ao pretendido primeiro bispo de Braga S. Pedro de Rates. O fundo da lenda é uma coisa, com suficiente solidez, e as circunstâncias **ratenses** são outra, porventura, ampliações posteriores.

A substância da tradição, que D. Diogo de Sousa

fixou no seu Breviário está no **Martirológio Romano** (aí não se fala em Ratis).

«Bracari in Lusitania Sancti Petri Martyris primi ejusdem civitatis episcopi».

No missal de D. Diogo de Sousa diz-se assim:

«Sancti Petri Martyris, de Ratis...».

Ora este de **ratis** pode, originàriamente, não se se referir à vila de Rates.

Os primeiros discípulos de Santiago, cuja profissão fora marinheiro e pescador, seriam, de preferência, também marinheiros e pescadores da costa galaica, do território bracarense .

Ora **de ratis,** junto a **Sancti Petri** será uma alusão à sua vida de barqueiro, de marinheiro, de pescador; elementos de uma frase que, pelo tempo, por erro dos copistas ou por desvios da transmissão oral, se desfigurou.

O **ratis,** significa barcaça, jangada e, na tradição jacobeia, é o barco que traz o corpo de Santiago de Jerusalém para a costa galaica.

Note-se ainda que o termo «barca», no simbolismo cristão, figura a Igreja, a fé, as Escrituras, a própria Cruz, numa palavra, tudo que leva a graça às almas (aviso de PIERRE DAVID, **Notes sur deux motifs introduits par Gil Vicente dans l'Auto da Barca da Glória,** in «Bul des Etudes Fr. au Portugal» p. 203), Há um texto litúrgico hispânico anterior ao séc. IX em que o mesmo simbolismo aparece (**Liber ordinum,** publ. por D. M. FÉROTIN, p. 194, cit. por P. DAVID).

Quanto ao nome de S. Pedro nada nos obriga a crer que ele fosse o próprio nome do primeiro bispo. **Petrus** é palavra sirio-hebraica empregada por Cristo em relação ao Príncipe dos Apóstolos. Em relação ao primeiro bispo de Braga significaria, identicamente, a base, a pedra da Igreja bracarense.

Esquecido, porventura, o nome próprio do primeiro bispo, os Cristãos chamaram-lhe Petrus. Coisa parecida, mais tarde, sucederia a S. Bonifácio, a S. Boaventura e outros.

Quer fosse Petrónio, Petro, ou até Pelagio —

que significa marinheiro — o 1.º bispo de Braga é com o apelativo de S. Pedro que deverá ser venerado, visto ser este o fixado nos mais antigos Breviários, embora se não dê a este onomástico o valor de nome próprio.

É tempo de concluir. Contra S. Pedro de Rates não há argumento que não tenha razoável solução. Por isso será temeridade iniludível negar o fundo da lenda, ao menos como crença piedosa, antiga, respeitável, a que a própria história positiva não recusa assentimento moral, enquanto não houver razões apoditicas, insuperáveis, a contradize-la.

O ilustrissimo e glorioso Arcebispo D. MANUEL VIEIRA DE MATOS não foi sem justificação que manteve no seu Breviário ,do séc. XX, as memorias de S. Pedro de Rates, as quais, quando muito, podiam ser expurgadas de certos anacronismos circunstanciais.

A historiografia positiva tem de ser objectiva; e a historiografia positiva eclesiástica tem de ser ainda assaz discreta quando a matéria se relaciona com a crença e o culto.

Em suma: a Igreja, bracarense, é nossa fé e convicção intelectual, pode afoitamente acreditar e a historiagrafia positiva tem suficientes motivos para estobelecer como certeza histórica, moral: 1.º que a Cristandade de Braga ascende aos tempos apostólicos; 2.º que Santiago veio, de facto, a este extremo da terra conhecida (**ipsa extremitate mund**), missão evangélica confirmada por fontes seguras desde Didimo (séc. IV) a Santo Isidoro (sec. VII); 3.º que o filho do Trovão por aqui cristianizou no espaço de 2 a 5 ou 6 anos; 4.º que o mesmo Zebedeu instituiu, como era uso apostólico, um **presbiterium** ou colégio de presbíteros, na cidade principal da Galiza, impondo as mãos ao primeiro bispo, para as terras de Braga e Ocidente ibérico, o qual, talvez a-partir do séc. XII a bibliografia litúrgica passou a designar por S. Pedro Mártir de Rates.

— Por conseguinte: **standum est pro Traditione!**